

Votação do PL 6764/2002: Não ao regime de urgência!

As organizações da sociedade civil que assinam esta carta exigem a não aprovação de regime de urgência na votação do substitutivo ao Projeto de Lei 6764 /2002, que, entre outras propostas, propõe a revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei 7170/1983) e a aprovação de uma nova legislação sob o título de defesa do Estado Democrático de Direito.

Em declarações públicas esta semana, o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira, afirmou que pretende aprovar o regime de urgência para a tramitação do Projeto, de modo que seu debate e aprovação sejam acelerados e seja enviada diretamente para a votação do Plenário da Casa, sem as imprescindíveis discussões e avaliações feitas em Comissões. Um projeto que pode afetar diretamente as liberdades fundamentais e incide em criminalização de condutas e debates sobre a democracia em si, com impacto direto em toda a sociedade, demanda amplo e plural debate prévio e consulta com a sociedade civil, especialmente considerando que pode afetar de maneira intensa direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão, liberdade de associação e direito de protesto.

É importante lembrar que a garantia desses direitos e liberdades se encontra em um momento desafiador, com o contexto de aumento da violência política e da hostilidade contra defensores/as de direitos humanos e de criminalização de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Assim, o uso cada vez mais intenso da Lei de Segurança Nacional, resquício da ditadura empresarial-militar, vem preocupando a sociedade civil brasileira, dado o momento de acirramento de supressões a garantias, que vem sendo acompanhado de perto pelas organizações e movimentos. Além disso, qualquer legislação que trate do tema deve, imprescindivelmente, romper com a lógica autoritária que marca o espírito da Lei de Segurança Nacional.

No momento em que o Brasil atravessa uma das piores crises sanitárias da sua história, com cerca de 4 mil mortos por dia, o parlamento deveria dedicar-se ao atendimento das necessidades básicas da população e ao fortalecimento da saúde pública para salvar vidas.

A participação social e a transparência do processo legislativo são pilares da democracia. Tentar aprovar um projeto de lei que supostamente objetivaria a defesa do Estado Democrático de Direito desrespeitando esses pilares não ajuda a fortalecer a democracia.

Assim, solicitamos:

- Realização de audiências públicas para a garantia de um debate amplo com a sociedade.
- Reunião urgente entre a sociedade civil e a relatora, Deputada Margarete Coelho.

Assinam esta nota:

ARTIGO 19

Justiça Global

Terra de Direitos

Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luísa Mahim - UFRJ/FND

Movimento Negro Unificado - MNU

Grupo Tortura Nunca Mais - RJ

Anistia Internacional Brasil

Rede Justiça Criminal

342Artes e 342Amazonia

Agenda Nacional pelo Desencarceramento

Aliança Nacional LGBTI+

Articulação Justiça e Direitos Humanos Jusdhh

Articuladas - Mulheres no Enfrentamento à Violência Institucional

Assembleia Popular do Largo do Machado

Associação Aquecendo Corações Curitiba

Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais na Bahia

Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco AMAR Nacional

Associação de Mulheres Negras Aqualtune

Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais - Andeps

Brigadas Populares

Casa da Criança e do Adolescente

Central de Movimentos Populares

Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH)

CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Coalizão Direitos na Rede

Coletivo de mães e familiares de pessoas privadas de liberdade Rondônia

Coletivo de Mulheres do Calafate

Coletivo Familiares e Amigos de Presos e Presas do Amazonas

Coletivo RJ Memória, Verdade, Justiça e Reparação

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino

Conectas Direitos Humanos

Elas Existem - Mulheres Encarceradas

Engenheiros Sem Fronteiras - Brasil

Eu sou Eu

FAOR Fórum da Amazônia Oriental

Fórum Cearense de Mulheres-AMB

Fórum Grita Baixada

Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação

Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU

Frente Estadual Pelo desencarceramento do Rio Grande do norte

Frente Estadual Pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro

Frente Estadual Pelo Desencarceramento do Amazonas

Frente pelo Desencarceramento de Rondônia

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP

INESC Instituto de Estudos Socioeconômicos
Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial-Baixada Fluminense-RJ
Instituto de Defensores de Direitos Humanos - DDH
Instituto de Defesa da População Negra
Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD
Instituto de Estudos da Religião - ISER
Instituto EQUIT - Gênero, Econ e Cidadania
Instituto Marielle Franco
Instituto Memória e Resistência direitos humanos educação e cultura Pedro do Nascimento
Silva
Instituto Pro Bono
Instituto Soma Brasil
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)
Instituto Vladimir Herzog
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ)
Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na Paraíba - MEPCT/PB
Movimenta Caxias
Movimento Candelária Nunca Mais
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Movimento Independente Mães de Maio
Movimento Mães de Acari
Movimento Mães de Maio do Cerrado
Núcleo de Direitos Humanos - PUCPR
Núcleo de Mães vítimas de violência
Observatório de Favelas
Pastoral Carcerária Nacional
Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
Rede Brasileira de Conselhos -RBdC
Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência
Rede de Mães e Familiares Vítimas de Violência da Baixada Fluminense
Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado
SINTEPFB
União Brasileira de Mulheres - Seção Paraná
União Paranaense dos Estudantes Secundaristas